Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Amazonas

Ata da Reunião

No dia 14 de abril de 2026, reuniram-se de forma virtual os integrantes da REDE Lúcia de Fátima Ribeiro Magalhães (CGE/AM), Paulo Henrique Castro Grande de Arruda (Secex/TCU), Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM), João Barroso de Souza (MPC/AM) e Lucilene Viana (CGM/Manaus), para tratar da seguinte pauta: 1ª) Renovação do Acordo de Cooperação; 2ª) Minutas de orientações técnicas aos municípios; 3ª) Grupo de Trabalho da Rede Nacional — PNPC; 4ª) Outros assuntos.

A reunião teve início com o primeiro item da pauta, relativo à renovação do Acordo de Cooperação, cujo vencimento está previsto para agosto de 2026. Informou-se que a CGE/AM retomou o processo de renovação com base no novo modelo padrão encaminhado pelo TCU, já alinhado internamente com os órgãos envolvidos e adaptado às disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo necessária a celebração de novo acordo em substituição ao instrumento vigente. Deliberou-se pelo envio de ofício a todos os órgãos membros com prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação. Ficou consignado que o TCU realizará acompanhamento junto aos órgãos com baixa participação, como TRT, Polícia Federal e MPF, mediante contatos e visitas institucionais para incentivo à adesão. O representante do MP/AM solicitou que lhe seja encaminhada cópia do ofício quando de seu envio, a fim de agilizar a tramitação interna naquele órgão.

No segundo item, tratou-se das minutas de orientações técnicas aos municípios. A CGE/AM apresentou a minuta da Orientação nº 1/2026, referente à implantação do Sistema de Controle Interno municipal, elaborada com fundamento na Resolução nº 9/2016 do TCE/AM. Deliberou-se pela disponibilização da minuta no grupo de comunicação da Rede para contribuições dos membros, com prazo até o dia 24 de abril de 2026, visando à publicação e encaminhamento oficial ainda no mês de abril, com assinatura do Presidente da Rede. Informou-se que a Orientação n.º 2/2026, sobre transparência pública municipal, encontra-se em fase de elaboração pela CGE/AM e será disponibilizada até o final do mês. Debateu-se a possibilidade de articulação com a Associação dos Municípios do Amazonas para disseminação das orientações, com realização de palestras e cursos online destinados a gestores e servidores municipais. A representante da CGM/Manaus

compartilhou a experiência do Programa de Integridade da Prefeitura de Manaus, em implementação desde 2022, estruturado em 8 pilares e com monitoramento anual, que poderá servir de referência para os municípios do interior.

No terceiro item, discutiu-se o Grupo de Trabalho n.º 2 da Rede Nacional (GT2/2026), cujo objetivo é ampliar a adesão de Ministérios Públicos e Tribunais de Contas ao Programa Nacional de Prevenção da Corrupção (PNPC), coordenado pelo TCU. Debateu-se a relação entre o PNPC e o Programa Time Brasil, da CGU, concluindo-se que os instrumentos são complementares, voltados aos mesmos princípios de integridade e governança. A CGE/AM informou que quase todas as suas unidades já aderiram ao PNPC e que está em curso levantamento diagnóstico sobre a implementação dos planos de integridade. O TCU verificará a situação do TCE/AM quanto à formalização da adesão ao acordo da Atricon. O MP/AM verificará internamente o status da adesão ao PNPC. A representante da CGE/AM comprometeu-se a contatar o representante da Rede Nacional para obter mais informações e reportar ao grupo antes da próxima reunião.

Nos assuntos gerais, deliberou-se que:

a) a ata da reunião anterior foi aprovada pelos presentes e será publicada no portal eletrônico da CGE/AM;

b) os registros do evento sobre integridade serão compilados para publicação na página da Rede, com nota institucional destacando a participação da Rede de Controle;

c) o link do portal eletrônico da Rede será fixado no grupo de comunicação para facilitar o acesso dos membros.

Definiu-se que a próxima reunião será realizada de forma presencial, nas dependências da CGE/AM, no dia 5 de maio de 2026.

Não havendo mais assuntos a tratar, encerrou-se a reunião.

Manaus, 24 de abril de 2026.